

Despacho n.º 26 141/2007

Por despacho da directora clínica deste Hospital de 11 de Outubro de 2007, foi a Anabela Lourenço Tavares Saraiva Gouveia Fidalgo, assistente graduada de imagiologia, autorizado o seu pedido de acumulação de funções, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Outubro de 2007. — A Chefe de Secção, *Maria Margarida Nogueira Marques*.

Despacho n.º 26 142/2007

Por despacho do presidente do conselho de administração de 21 de Setembro de 2007, foi concedida licença sem vencimento de longa duração a Pedro Joaquim Cardoso Ribeiro, auxiliar de acção médica, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/90, com efeitos a 8 de Setembro de 2007. (Não está sujeito a fiscalização prévia do

Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Outubro de 2007. — A Chefe de Secção, *Maria Margarida Nogueira Marques*.

HOSPITAL DE SANTA MARIA, E. P. E.**Aviso (extracto) n.º 22 289/2007**

Andreia Pereira Gomes, técnica de 2.ª classe de neurofisiologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, foi exonerada, a seu pedido, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 22 de Outubro de 2007.

23 de Outubro de 2007. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.

**PARTE H****ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE ÉVORA****Aviso n.º 22 290/2007****Concurso interno de acesso limitado**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente do conselho directivo da AMDE de 25 de Outubro de 2007, foram nomeados, precedendo concurso, os funcionários abaixo indicados para a categoria de técnico superior principal:

Cátia Alexandra Cadima Borges.
Isabel Patrícia Baião Roberto.
Manuel Júlio Caixeiro Mateus.

O prazo de aceitação é de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Processo isento de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2007. — O Secretário-Geral, *André Espenica*.
2611062582

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA**Aviso n.º 22 291/2007****Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de técnico superior de 1.ª classe — Sociologia**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19 de Outubro de 2007, proferido no uso de competência delegada, foi nomeada definitivamente para lugar da categoria de técnico superior de 1.ª classe — sociologia do quadro de pessoal do município de Albufeira a candidata Teresa Luísa Vicente Biló, aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 27 de Julho de 2007, a qual deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

5 de Novembro de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, *José Carlos Martins Rolo*.

2611062541

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER**Aviso n.º 22 292/2007****Aviso/loteamento urbano**

Nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal

de Alenquer emitiu em 29 de Outubro do ano em curso o alvará de loteamento n.º 8/2007 (2.ª fase), em nome de URBI-BUILD — Construções, L.da, pessoa colectiva n.º 505929716, através do qual é licenciada uma operação de loteamento para a constituição de 101 lotes dos prédios rústicos denominados Covões e Pombas ou Falcua, situados no Sítio dos Covões, Pombas ou Falcua, ambos no lugar de Merceana, freguesia de Aldeia Galega da Merceana, deste concelho, descritos na Conservatória do Registo Predial de Alenquer sob o n.º 1905 da dita freguesia de Aldeia Galega da Merceana e inscrito na matriz cadastral da referida freguesia de Aldeia Galega da Merceana respectivamente sob os artigos 23, secção T (parte) (pendente de alteração) — 19 310 m² (a área restante do licenciamento da 1.ª fase) — e 43, secção T — 30 200 m² (ambos pendentes de unificação).

A operação de loteamento aprovada por deliberação camarária de 3 de Setembro de 2007, efectuada em área abrangida pelo Plano Municipal de Ordenamento do Território, apresenta as seguintes características:

Área total do prédio a lotear nesta 2.ª fase — 49 510 m²;
Área total de implantação — 9456 m²;
Área total de construção — 18 720 m² destinados a habitação;
Número total de lotes — 101, com a área de 28 819,50 m²;
Número de pisos acima da cota de soleira — três;
Número de pisos abaixo da cota de soleira — um;
Número total de fogos — 101;
Número total de lotes para habitação — 101;
Área de cedências para o domínio público municipal — 13 974,50 m², 3000 m² e 3716 m²;
Finalidade das cedências - arruamentos, alargamento de vias, passeios e estacionamentos e espaços verdes e utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva;
Prazo para conclusão das obras de urbanização — um ano.

O presente alvará anula e substitui o alvará n.º 6/2006 (2.ª fase), emitido em 19 de Outubro de 2007.

Para conhecimento geral se publica o presente aviso, que vai ser publicado no *Boletim Municipal* desta edilidade e na 2.ª série do *Diário da República*.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Joaquim Gomes Pedro*.

2611062791

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES**Rectificação n.º 1950/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que o aviso n.º 21 526/2007, de 24 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212,

de 5 de Novembro de 2007, cujo original se encontra arquivado nos processos de concurso, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 12, onde se lê «As classificações finais serão as que resultam da aplicação da seguinte fórmula: $CF = (2 \times PCGE + CFE)/4$ » deve ler-se «As classificações finais serão as que resultam da aplicação da seguinte fórmula: $CF = (2 \times PCGE + CFE)/3$ ».

5 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Lopes Gonçalves Barbosa*.

2611062535

CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA

Aviso n.º 22 293/2007

Por despacho do vereador, com competência delegada na matéria, de 30 de Outubro de 2007, foi nomeado definitivamente, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, 7 de Dezembro, o estagiário José Eduardo Nobre Silvestre, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior (arquitecto).

6 de Novembro de 2007. — O Chefe de Divisão, por delegação, *Fernando Gonçalves*.

2611062783

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 22 294/2007

Concurso interno de acesso limitado para preenchimento de um lugar de técnico profissional principal/biblioteca e documentação — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, em cumprimento do despacho de 5 de Novembro de 2007, e na sequência do concurso aberto por aviso de 4 de Outubro de 2007, foi nomeada para o lugar de técnico profissional principal/biblioteca e documentação, a candidata Catarina Maria Machado Morais (16,75 valores).

Mais se torna público que a candidata nomeada deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia.)

5 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611062677

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Aviso n.º 22 295/2007

Nos termos do prescrito no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que o presidente da Câmara Municipal de Braga procedeu às seguintes nomeações:

José Daniel Santos Coutinho foi nomeado definitivamente, por despacho de 24 de Outubro de 2007, para a categoria de encarregado geral, do grupo de pessoal operário/chefia, ficando posicionado no escalão 1, índice 305, precedido que foi concurso interno de acesso limitado.

Hugo Manuel Correia Monteiro foi nomeado definitivamente, por despacho de 31 de Outubro de 2007, para a categoria de operário principal/serralheiro civil, da carreira de operário qualificado, ficando posicionado no escalão 1, índice 204, precedido que foi concurso interno de acesso geral.

Hélder Rui Alves Faria foi nomeado definitivamente, por despacho de 31 de Outubro de 2007, para a categoria de operário principal/electricista de automóveis, da carreira de operário altamente qualificado, ficando posicionado no escalão 1, índice 233, precedido que foi concurso interno de acesso geral.

António José Vieira Silva, João Paulo Silva Duarte e José Luís Vieira Sousa Machado foram nomeados definitivamente, por despacho de 31 de Outubro de 2007, para a categoria de operário principal/carpinteiro de limpos, da carreira de operário qualificado, ficando posicionados no escalão 1, índice 204, precedido que foi concurso interno de acesso limitado.

Foi renovada a comissão de serviço de Maria de Fátima Marchante Mendes Dordio por um novo período de três anos, conforme despacho

de 29 de Setembro de 2007, para o cargo de chefe de Divisão Financeira, nos termos do previsto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a partir de 30 de Novembro de 2007.

António Alberto Teixeira Amaral Correia foi nomeado definitivamente, por reclassificação, nos termos do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, para a categoria de técnico superior assessor principal, da carreira de educação rodoviária, ficando posicionado no escalão 4, índice 900, mantendo a remuneração que actualmente aufer, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 6.º do citado Decreto-Lei n.º 317/2007.

Ana Cristina Rodrigues das Neves Ferreira da Costa foi nomeada definitivamente, por reclassificação, nos termos do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de biologia e geologia, ficando posicionada no escalão 2, índice 475, mantendo a remuneração que actualmente aufer, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 6.º do citado Decreto-Lei n.º 317/2007.

Rui Manuel Mateus da Silva Prata foi nomeado definitivamente, por reclassificação, nos termos do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, para a categoria de técnico superior assessor principal, da carreira de animação cultural, ficando posicionado no escalão 2, índice 770, mantendo a remuneração que actualmente aufer, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 6.º do citado Decreto-Lei n.º 317/2007.

Os nomeados deverão assinar os termos de aceitação de nomeação no prazo legal de 20 dias.

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611062238

Aviso n.º 22 296/2007

Exoneração

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 26 de Outubro de 2007, foi aceite o pedido de exoneração apresentado pela operária/jardineira Carla Filipa Pinto Monteiro do lugar em que se encontrava nomeada, a partir de 1 de Novembro de 2007.

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611062237

Aviso (extracto) n.º 22 297/2007

Licença sem vencimento de longa duração

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meus despachos de 30 de Janeiro e de 3 de Setembro de 2007, foi concedida licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, aos funcionários José Fernandes Batista e Hugo Jorge Faria Gomes, a partir de 2 de Abril e de 8 de Outubro de 2007, respectivamente.

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611062236

Rectificação n.º 1951/2007

Para os devidos efeitos, rectifica-se o aviso n.º 21 201/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 31 de Outubro de 2007.

Ao supracitado aviso acrescenta-se o n.º 6, nos seguintes termos:

«6 — Para efeitos de recrutamento, foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi, pela Direcção-Geral de Administração Pública, emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido para os concursos em causa.»

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611062779